


AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARA AS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA EM CAMPO MAIOR-PI

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.305112521017>

Data de aceite: 05/02/2025

Carlos Augusto Fernandes de Medeiros

Graduando do Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia da Universidade
Estadual do Piauí – UESPI, Campus
Torquato Neto, Teresina-PI

1O artigo é resultado da participação do
Programa Residência Pedagógica (PRP),
subprojeto Pedagogia na cidade de
Campo Maior-PI, fomentado pelo Centro
de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior (CAPES)

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil;
Acessibilidade Arquitetônica; Espaço
Escolar;

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar as condições de Acessibilidade Arquitetônica na modalidade de Educação Infantil na Escola Municipal Dr. Nonato Ibiapina na cidade de Campo Maior-PI. Justifica-se a escolha desta experiência pois um ambiente propício ao bem-estar físico, mental e emocional das crianças, planeja e oferece um espaço e

uma infra-estrutura que podem proporcionar experiências relevantes para todas as crianças, oferecendo oportunidades para a participação e construção de sua própria aprendizagem (BRASIL, 2018).

Para atingir o objetivo pretendido, será analisada se as dependências físicas da escola estão de acordo com os parâmetros de acessibilidade para as crianças com Deficiência, Mobilidade Reduzida e Transtornos Globais do Desenvolvimento. A metodologia partiu de revisão bibliográfica com a legislação e as normas sobre acessibilidade arquitetônica nos espaços, além da utilização de autores como Cambiaghi (2012), Castro (2022), dentre outros.

Posteriormente procedeu-se ao uso de imagens fotográficas do espaço físico e anotações, realizadas durante o Módulo I do Programa Residência Pedagógica na fase do processo de aproximação com a escola, para a análise dos espaços físicos da instituição, observando se estão de acordo com a legislação referente a acessibilidade arquitetônica e as normas técnicas de concepção dos espaços, que é a NBR 9050/2020.

A experiência metodológica é qualitativa se constitui em uma abordagem exploratório- descritiva, no qual é compreendida como aquela que se apresenta de forma subjetiva, estabelecendo relação com a realidade social, e sendo entendida como aquela que se apropria dos significados, das histórias, dos valores e das atitudes representadas por diferentes grupos sociais (MINAYO, 2002).

Destarte, espera-se que essa experiência possa ajudar na reflexão dos espaços físicos da escola para as pessoas com Deficiência, Mobilidade Reduzida e Transtornos Globais do Desenvolvimento, de forma que a rede física escolar possa incluí-los de fato, proporcionando a participação desses atores sociais de forma autônoma nas práticas cotidianas estabelecidas na escola, a luz do seu desenvolvimento harmônico e integral.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Dentro do arcabouço exploratório-descritivo, a pesquisa terá como abordagem um conceito trazido da arquitetura de forma a avaliar o espaço escolar à luz da acessibilidade, que é a Análise Pós-Ocupação (APO), a APO. Os parâmetros de avaliação levam em consideração o ser humano e seus desafios a partir do ambiente construído, com foco no relacionamento estabelecido entre ser-espaço identificando as potencialidades e necessidades dentro das relações estabelecidas (CAMBIAGHI, 2012).

A autora complementa que os métodos utilizados nesse tipo de análise podem valer-se de fotos, mapeamentos, questionários e análise do percurso da edificação em todos os ambientes, dentre outros. Dessa forma, a pesquisa irá valer-se do uso de imagens fotografadas e de anotações de campo realizadas dentro do Programa Residência Pedagógica, com a expressa autorização da instituição escolar para pesquisa do espaço físico, no qual a posse das imagens e da pesquisa ficam a cargo do ente pesquisador, de acordo com os direitos autorais estabelecidos pela Lei Nº 9.610/98.

REFERENCIAL TEÓRICO

O espaço físico da escola é mais do que o funcionamento institucional do *lócus* educacional, ele é a expressão prática da Pedagogia, pois explicita as relações existentes nas trocas sociais proporcionadas pelo currículo oculto e desvela o pensamento da instituição sobre as pessoas que nela estão inseridas.

A Lei 12.796 de 2013, que estabelece a obrigatoriedade da Educação Básica para as crianças de 4 e 5 anos de idade, trouxe a luz novas discussões referentes ao espaço, pois, a obrigatoriedade do ensino para essas crianças, conseqüentemente, inclui as crianças com Deficiência, Mobilidade Reduzida e Transtornos Globais do Desenvolvimento dentro do sistema de ensino, trazendo a luz a discussão de como se deve projetar um espaço acessível, de forma a incluí-las dentro do processo de ensino-aprendizagem não só no currículo acadêmico, como também no currículo oculto e nas trocas de relações sociais (BRASIL, 2013; CARVALHO, 2020).

Atualmente, a legislação brasileira obriga que os espaços educacionais adotem as seguintes normas de acessibilidade a partir da legislação, que são as seguintes adaptações:

CALÇADA - Artigo 15 do Decreto Federal Nº 5296/04; **TODAS AS ENTRADAS ACESSÍVEIS** - Artigo 19 do Decreto Federal 5296/ 04; **ROTA ACESSÍVEL** - Artigo 18 de Decreto Federal 5296/04; **BALCÃO DE ATENDIMENTO ACESSÍVEL** - Lei Federal 10.048/00 e Artigo 6 do Decreto Federal 5.296/04; **SANITÁRIO ACESSÍVEL** - Artigo 22 do Decreto Federal 5296/04; **SINALIZAÇÃO VISUAL E TÁTIL** - Artigo 26 do Decreto Federal 5296/04; **VAGAS DE ESTACIONAMENTO ACESSÍVEIS** – Artigo 47 da Lei 13.146/15; **ELEVADOR ACESSÍVEL, ONDE FOR OBRIGATÓRIO USO DO ELEVADOR** – Artigo 27 do Decreto Federal 5.296/04. Todos estes itens devem obedecer a Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) de acessibilidade, que é a NBR 9050/2020 (CASTRO, 2022, p. 209).

O autor destaca que a legislação obriga e a norma é onde se detalha como devem ser projetadas as adequações pertinentes a acessibilidade. No entanto é viável a projeção de um espaço para “todos”, pois nem quando se adota a acessibilidade se elimina as barreiras totalmente.

Para a projeção de um espaço para “todos”. há a denominação de Desenho Universal, que se constitui no uso dos espaços de maneira equitativa sem necessidades de adaptações ou de projetos especializados, eliminando as barreiras que impedem a participação das pessoas com Deficiência, Mobilidade Reduzida e Transtornos Globais do Desenvolvimento (CAMBIAGHI, 2012).

Dessa forma, não basta apenas adequar um espaço, é preciso pensar em um espaço equitativo, de forma que todos com e sem deficiência possam utilizá-lo em seu cotidiano com autonomia e sem impedimentos, já que não é a limitação que impede a participação plena nos espaços, mas sim como o espaço é concebido, já que a maior parte dos espaços escolares acabam tornando-se excludentes, mesmo com a intenção de serem acessíveis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na descrição dos dados, estabeleceremos um determinado espaço, e analisaremos em: *situação atual*, que é como está a acessibilidade, e em *situação potencial*, no qual faremos inferência para apontar o que deve ser feito para que os espaços da escola tornem-se acessíveis e inclusivos.

Acesso Externo/Entrada

Situação atual: Na rua de acesso existe um tráfego de veículos intenso, as calçadas ao redor da escola são curtas e existe uma faixa de pedestre semi-apagada com uma sinalização em placa. A entrada da escola possui uma calçada com um desnível e uma “rampa” nivelando a rua com a calçada. O acesso ao portão da escola segue em uma faixa estreita e longa (provavelmente feita para o acesso de cadeira de rodas), ao qual ao final há uma rampa lateral que dá acesso ao estacionamento para as motocicletas. A entrada para o pátio da escola é concluída com uma rampa com um desnível nas calçadas laterais e um desnível ao lado da rampa entre o acesso ao pátio e a “estrada”. Há um *playground* do lado direito, mas não há um acesso para sua utilização, existindo nele tocos de árvore, areia disposta e cimentos e tijolos soltos que podem oferecer riscos. O espaço é exposto a sol e chuva, inviabilizando sua utilização plena.

Situação potencial: Para que se torne acessível, diante da faixa de pedestres deveria existir no mínimo dois quebra-molas, antes e depois da faixa-de-pedestres. A entrada anterior ao portão e a rota que dá acesso ao pátio deveria ser sinalizada com piso tátil e o trajeto ser concebido com piso antiderrapante, sendo alargada e adotando sinalização emborrachada em suas laterais, e o desnível entre a rota e o pátio deveria ser nivelado, com a adoção de uma rampa com os parâmetros estabelecidos pelo desenho universal. O *playground* deveria ser composto apenas por grama natural, de forma a proporcionar um piso confortável, devendo a entrada para escola, estacionamento e *playground* ter sinalização em braille, alto relevo e libras. Por fim, o estacionamento deveria ter um portão próprio, de forma a facilitar o trajeto na entrada, e no *playground* e no estacionamento deveriam existir duas rotas, niveladas por uma rampa com desnível mínimo.

Pátio

Situação atual: O pátio funciona em conjunto com o refeitório e o bebedouro, e dá acesso a Secretaria, a Coordenação, a Sala dos Professores/Biblioteca, a Cantina, aos Banheiros e as escadas que dão acesso às salas de aula e a sala de AEE. O pátio tem uma extensão longa, e não conta com nenhum tipo de sinalização/trajeto, no entanto as disposições do pátio permitem uma certa noção do seu funcionamento. Na parte que contempla a Cantina, o Refeitório e o espaço próximo aos banheiros, existe uma pia lateral para as crianças lavarem as mãos e o balcão da cantina é alto para antropometria das crianças. O acesso à biblioteca possui o mesmo nível do terreno do pátio e o acesso aos banheiros é mediado por uma pequena rampa. Por fim, o espaço dá acesso a um local abandonado, onde são colocados os produtos de limpeza e é fechado por um portão, que deve ser mencionado como uso restrito. O espaço possui uma luminância adequada por ser “coberto”. A sinalização dos banheiros é feita apenas por “desenhos lúdicos” que poderiam estar ao alcance das crianças e serem feitos de forma sensorial de forma a facilitar a diferenciação entre “meninos/meninas”. Por fim, há as escadas e as rampas que dão acesso aos acessos que compreendem as salas de aula e a um pátio exposto ao sol. As rampas não possuem nenhuma proteção lateral, oferecendo risco de queda brusca para as crianças com deficiência, além de possuírem uma longa extensão, a escada próxima a biblioteca é coberta, mas não possui sinalização, e por fim, a escada do lado esquerdo, que dá acesso as salas de aula do mesmo lado, são confusas e não possuem sinalizações, e são construídas com piso encimentado, potencializando o risco de acidentes.

Situação potencial: Adoção do piso tátil de alerta para a entrada para a biblioteca, para os banheiros e para o uso da cantina/refeitório, devendo possuir um piso tátil direcional para a cantina e o refeitório/banheiro, devido a distância. Adoção da sinalização em alto relevo, braille e libras para identificação dos locais de convivência, e caso seja possível uso da sinalização sonora. O balcão da cantina deveria atender o tamanho das crianças da Educação Infantil que possuem algum tipo de deficiência, e não ser suspenso em uma altura

inadequada. Por fim, a escada do lado direito deveria ter sinalização para sua identificação, embora possua três degraus e a mureta entre o pátio e as escadas do lado esquerdo deveria ser demolida, tornando esse acesso intuitivo, com a adoção de identificação na beirada das escadas, além de um piso antiderrapante com 0,4 até 0,7 de atrito. As rampas deveriam ganhar guarda-copos laterais, para evitar possíveis quedas pelas crianças, e serem concebidas em uma rampa só, com a adoção de piso tátil direcional e de alerta, sendo a do lado direito mantida e outra construída para o acesso do lado esquerdo, sendo fechada a rampa voltada para o pátio suspenso, com a construção de uma pequena mureta entre os acessos, direcionando o aluno exclusivamente para as salas de aula.

Biblioteca

Situação atual: Funciona em anexo a coordenação, não possui nenhum tipo de sinalização e o piso não é anti-derrapante.

Situação potencial: Adoção da sinalização em alto relevo, braille e libras dentro da biblioteca para identificação dos livros a serem utilizados e adoção de sinalização de entrada conforme descrito no tópico anterior, e piso tátil direcional e de alerta que leve ao “cantinho da leitura” e a prateleira com a disposição dos livros. Adoção de piso antiderrapante entre 0,4 e 0,7 de atrito.

Banheiros

Situação atual: O piso não é anti-derrapante em sua totalidade e estão quebradiços na maior parte do percurso, existem ralos e grelhas expostos sem segurança durante o percurso, o espelho é posicionado em uma altura que inviabiliza a visualização de pessoas surdas e em cadeira de rodas, a pia está em um tamanho um pouco mais alto do que uma criança com deficiência necessita. Os sanitários não são adequados ao tamanho das crianças, as portas fecham para “dentro” e não possuem trancas e a descarga é acoplada, e não existindo barras laterais. O chuveiro possui uma altura demasiada grande, sendo inacessível o uso pela criança, apenas especificado pela dependência de uma pessoa adulta.

Situação potencial: Adoção do piso tátil direcional no percurso pelo banheiro e do piso tátil de alerta para identificação dos sanitários e chuveiro, além da sinalização em braille, libras e alto relevo, se possível com sinalização sonora, adoção de grelhas e ralos resistentes, sendo passíveis de identificação sem risco de deslocamento e acidentes. Colocação de barras laterais conforme a NBR 9050 nos espaços que concernem os sanitários e fechamento das portas para favorecer a privacidade das crianças com deficiência. Rebaixamento do espelho, adoção de torneiras e lâmpadas sensoriais, e adoção de pisos duráveis e anti-derrapantes entre 0,4 e 0,7 de atrito conforme a NBR 9050.

Acesso às Salas de Aula e a Sala de AEE/Pátio suspenso

Situação atual: Os acessos em ambos os lados são uma faixa estreita curta, e com um batente alto em relação ao pátio suspenso, no qual não existe nenhuma identificação entre os desnível entre acesso/pátio, no lado direito existem cadeiras enferrujadas que são colocadas ao fim do trajeto. O acesso do lado direito é coberto, enquanto o do lado esquerdo é exposto ao sol, e não possuem nenhum tipo de sinalização, além disso existem desníveis entre a entrada das salas e no percurso do próprio acesso, sendo alguns espaços nivelados e outros com um desnível alto. A rampa da sala de AEE é a única identificada com o símbolo da pessoa com deficiência, e a rampa alta que sai do pátio, dá acesso a uma rampa construída de forma inacessível e com legibilidade confusa, que se constitui em uma barreira. O pátio suspenso é cheio de irregularidades, existem irregularidades de altura e desnível aos acessos encimentados, além do solo áspero proporcionado pelo cimento.

Situação potencial: Conforme a concepção das rampas e escadas mencionadas no tópico *Pátio*, o espaço encimentado deveria ter sua topografia realizada de forma regular, no entanto, pela impossibilidade de nivelamento entre os acessos e esse pátio, os acessos deveriam ser alargados e ganharem guarda-copos em suas laterais, sendo o acesso do lado esquerdo também coberto para melhor luminância e deslocamento. Em relação as salas de aula, os acessos deveriam ser nivelados aos corredores de acesso e a entrada das salas de aula, deveriam ser sinalizadas em braile, auto-relevo e libras, de acordo como já foi mencionado anteriormente, e em seu percurso deveriam ganhar piso tátil direcional e de alerta para entrada nos espaços das salas. Além do alargamento dos acessos, ao final do percurso, deveria existir uma rampa e uma escada sinalizada para dar acesso a esse pátio, que deveria ganhar um piso antiderrapante com atrito entre 0,4 e 0,7, no qual este poderia ser um espaço (nos dias que não houvesse incidência de sol/chuva) disponibilizado para realização de atividades, ganhando, além da alocação dos materiais abandonados para o espaço de uso restrito.

Sala de Aula e Sala de AEE

Situação atual: Algumas salas de aula são amplas, outras são divididas como compensado, que é o caso da sala da Creche e de uma das turmas de Pré I. A luminância das salas é totalmente artificial devido o uso do ar-condicionado, em algumas vezes esses locais acabam por serem escuros, e o mobiliário é disposto de acordo com a idade das crianças, de forma a possibilitar sua locomoção pelo espaço.

Situação potencial: A disposição da sala de aula deve ser realizada pelo professor e pelo núcleo da gestão da escola, no qual estes devem privilegiar a livre movimentação dos alunos com Deficiência, Mobilidade Reduzida e Transtornos Globais do Desenvolvimento. A iluminação artificial deveria ser reforçada, já que conforme pretendemos dispor o espaço e da forma que ele é disposto atualmente, a utilização de luz natural é inviável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa realizada, constatou-se que a escola não possui acessibilidade suficiente para os alunos com algum tipo de Deficiência, Mobilidade Reduzida e Transtornos Globais do Desenvolvimento e não atende sequer os parâmetros obrigatórios de acessibilidade dispostos na legislação. No entanto pode recebê-los, já que a escola dispõe de uma sala de AEE e recursos pedagógicos, mas não de forma suficiente para promover a participação e inclusão plena dessa criança, já que para deslocar-se no espaço ela precisará constantemente de auxílio para realização de suas tarefas básicas diárias, trazendo um desafio a mais para sua vida escolar.

Nesse contexto, a escola precisa mais do que possuir um espaço físico para seu funcionamento, ela precisa pensar em como se dará a troca de relações entre os atores sociais e de como os indivíduos que a frequentam podem usufruir seu espaço de forma plena e participativa, isso se constitui de forma urgente e importante se considerarmos que os espaços da Educação Infantil historicamente foram constituídos em espaços inadequados como casas residenciais e escolas de Ensino Fundamental e Médio, como é o caso da escola que analisamos, por exemplo.

Assim, conclui-se que planejar o espaço da escola para todos é fundamental e que a escola deve considerar seus diferentes atores sociais no planejamento, na reforma, na adequação e na concepção de sua estrutura física, pois por muitas vezes a estrutura física da escola é responsável por excluir esse aluno a partir de práticas simples, como a utilização do banheiro, a realização de refeições e o deslocamento no próprio espaço a partir de suas rotas. Dessa maneira, a inclusão também passa pela oferta de um espaço acolhedor, tolerante a erros e que permite o usufruto com a maior possibilidade de autonomia possível.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013: altera a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: Planalto Central, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. **Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil**. Brasília, 2018. 82 p. Disponível em: <file:///C:/Users/carll/Downloads/parametros-nacionais-qualidade-educacao- infantil.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

CASTRO, E.R. **Acessibilidade arquitetônica: conheça o método eficiente para aplicar a acessibilidade em seus projetos e obras**. 1.ed. São Paulo: Acessibilidade Aplicada, 2022.

CAMBIAGHI, S. **Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. 3.ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.

CARVALHO, G.B.M. **O que é acessibilidade arquitetônica: definições e evolução dos conceitos e da relevância para segurança do trabalho**. 2020. 32 f. Monografia (Especialização) - Curso de Engenharia de Segurança do Trabalho, Faculdade Três Marias, João Pessoa, 2020.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 21^a. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.